

## **OS FUNDOS E A COESÃO SOCIAL**

**Exmo. Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social**

**Exma. Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

**Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus**

**Exmos. Senhores Membros do Governo**

**Exmo. Senhor Presidente da União das Misericórdias Portuguesas**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores**

Os Fundos Estruturais da União Europeia têm sido, até ao presente, um contributo essencial para a coesão social e para o crescimento de Portugal.

Têm-se constituído como uma alavanca decisiva na promoção de uma inclusão ativa :

- Do reforço do carácter inclusivo do mercado de trabalho à promoção da igualdade de oportunidades;
- Da cidadania inclusiva, à conciliação entre a vida profissional e pessoal;

Os fundos estruturais têm assumido importância vital também ao nível da territorialização das intervenções sociais, e do apoio a diversas iniciativas relevantes, que têm promovido uma mudança social efectiva em territórios mais deprimidos, onde se registam as maiores situações de pobreza e de exclusão social.

Presentemente, num contexto particularmente adverso, o novo Quadro Financeiro Plurianual (2014-2020) representa uma oportunidade para reforçar e consolidar o esforço no crescimento inclusivo, na competitividade e na coesão territorial.

No âmbito do QREN, o Instituto da Segurança Social é Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas de duas tipologias do Eixo 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social do Programa Operacional Potencial Humano:

- Na tipologia 6.12, Apoio ao Investimento em Respostas Integradas de Apoio Social, temos 3 objetivos específicos:

1º Aumentar a cobertura em respostas sociais, privilegiando os territórios com taxa de cobertura inferior à média de Portugal Continental. Em 2009, dos 278 concelhos existentes, mais de 100 apresentavam uma taxa de cobertura inferior à média do Continente nas respostas sociais para as pessoas idosas. No que se refere às respostas da área da Deficiência, metade dos distritos apresentavam taxas inferiores à média do Continente.

2º objetivo - Otimizar o investimento público considerando a relação custo-benefício do projeto e tendo também em consideração a sua sustentabilidade, designadamente o número de lugares do equipamento social a criar;

3º objetivo - Incentivar o estabelecimento de parcerias, tendo em vista a sustentabilidade do projeto através da diversificação, e o aumento da qualidade dos serviços e recursos ao dispor dos seus utentes e famílias;

O investimento total nesta tipologia é de cerca de 209 milhões de euros, sendo que cerca de 121 milhões são valor elegível público. Estima-se, ainda, que neste contexto sejam criados cerca de 3.300 postos de trabalho, em Portugal Continental.

Dos 231 projetos inicialmente contratualizados, encontram-se em execução 183, encontrando-se cerca de 20 já em funcionamento.

Nos 183 projetos atualmente contratualizados está prevista a criação ou a remodelação de 9.577 vagas, distribuídas por respostas sociais nas áreas do Envelhecimento e da Deficiência.

Do número total de lugares intervencionados, 7.308 correspondem à criação de novas vagas – ou seja 76% - , sendo 4.423 na área das pessoas idosas e 2.885 na área das pessoas com deficiência.

O balanço da implementação, até ao momento, desta tipologia permite desde já identificar alguns aspetos:

- Especificamente, no que diz respeito à área da Deficiência, e com a entrada em funcionamento destes novos equipamentos, **serão criadas 83 novas respostas**, passando de um total de 4.919 vagas para 6.230, o que correspondem a um acréscimo de 27% na oferta atualmente existente.

- Foi possível criar postos de trabalho em zonas envelhecidas, promovendo a fixação em territórios desertificados.

Neste tipo de território encontram-se em execução 47 projetos, que permitirão criar **cerca de 700 novos postos de trabalho**.

A este propósito, não resisto a partilhar o comentário do Sr. Padre responsável pelo Centro Social e Paroquial de Santiago da Urra,

localizado no distrito de Portalegre, que após construir um Lar de Idosos e uma Unidade de Cuidados Continuados, comentava que, graças às pessoas que permaneceram na freguesia, por ali terem encontrado um local de trabalho, tinha conseguido inverter a estatística das suas cerimónias religiosas, tendo passado a realizar tantos batizados quantos enterros.

Constata-se ainda nesta tipologia, a necessidade de equacionar uma maior articulação entre as diversas entidades envolvidas na aprovação de projetos relativos a equipamentos sociais de forma a otimizar recursos disponíveis.

- Conclui-se, assim, pela necessidade de efetuar um planeamento estratégico, concertado e participado, considerando e valorizando as dinâmicas territoriais a médio e a longo prazo.

Relativamente à outra tipologia (6.13), é no âmbito do PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão, *que se constituiu como o documento de coordenação estratégica e operacional das políticas de combate à pobreza e à exclusão social*, que é criado um instrumento de desenvolvimento da coesão territorial, reforçando a cooperação e a subsidiariedade entre o estado central, as autarquias e o setor social – **os Contratos Locais de Desenvolvimento Social.**

Através de cerca de **41 milhões de euros de fundos comunitários**, de uma comparticipação nacional aproximadamente de 20 milhões de euros e mediante o desenvolvimento de 136 projetos, **são intervencionados 120 territórios em Portugal Continental.**

Importa salientar, que os CLDS surgem na sequência da experiência do programa Rede Social, num momento de inovação nos conteúdos das

políticas, na sua territorialização e na experimentação de novos conceitos e metodologias de aplicação das mesmas.

Logo, foi clara e assumida a aposta no reforço da descentralização e territorialização – na construção de formas de governança, de grande proximidade, mobilizando redes sociais, formais e informais – promovendo designadamente uma cooperação estreita entre o Estado e a sociedade civil.

A orientação estratégica de ligação ao território e de articulação com a Rede Social mantêm-se no presente e pretende-se aprofundar no actual e no Novo Quadro Financeiro.

Através de uma intervenção mais focada e mais concentrada em eixos de intervenção prioritários, permitindo desta forma avaliar e monitorizar, com maior qualidade, o impacto da intervenção nas famílias e na comunidade.

Salientaria, desde logo, necessidade de redefinição dos territórios de intervenção e a necessidade de concentração de esforços no fomento da empregabilidade, da intervenção familiar e parental e na capacitação da comunidade e das instituições locais.

Aquando da recente reprogramação financeira do QREN, nomeadamente, através da transferência de dotações entre Eixos Prioritários e da criação de novas tipologias, surge uma nova oportunidade para reforçar a coesão social. Designadamente, para as políticas de intervenção com grupos de maior vulnerabilidade.

A área da Infância e Juventude tem sido, nas duas últimas décadas, talvez aquela que mais impactes sofreu na sequência de transformações

ocorridas nas sociedades. Não apenas na esfera da demografia nacional, mas e sobretudo, pelas profundas alterações de valores e de atitudes que fazem com que as crianças sejam hoje protagonistas da organização social das famílias e que constituam tema das agendas dos governos de diferentes países, enquanto sujeitos de medidas de política prioritárias.

Privilegia-se o reforço das competências parentais e a responsabilização da família e da comunidade, no sentido da consolidação de uma sociedade não só mais coesa e equilibrada, mas também mais competitiva e dinâmica.

É neste contexto que se propõe que os apoios concedidos pelo POPH (Programa Operacional Potencial Humano), passem a constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de ações de carácter complementar e estruturante em matéria de promoção da qualidade de vida e do bem estar das crianças, jovens e respectivas famílias em risco de exclusão social. Aliás, na mesma linha de actuação já expressa no Protocolo de Cooperação assinado entre o MSSS e as Uniões representativas das IPSS para 2013-2014.

Neste sentido, propõe-se que este objetivo setorial seja alcançado, nomeadamente através da:

- Promoção da especialização da intervenção com as crianças, jovens e famílias, no âmbito da rede de instituições de acolhimento. Em 2011, encontravam-se acolhidas perto de 9.000 crianças e jovens em cerca de 323 respostas de acolhimento.
- Da Promoção de respostas integradas de prevenção e combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar, num perspectiva sócio-educativa. Em concreto e no presente ano letivo, cerca de 3.000

jovens encontram-se abrangidos pelo Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF).

- Da Qualificação da rede de serviços e equipamentos para a primeira infância, promovendo o desenvolvimento de respostas integradas com vista à prevenção dos riscos de atraso no desenvolvimento infantil.

A referida qualificação desenvolve-se, designadamente, através do crescimento da rede de intervenção do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).

Estima-se que durante 2013 se aumente em cerca de 9% o número de crianças abrangidas pelo Sistema - o que corresponderá, em termos absolutos, a quase 10.000 crianças.

- E por último, da Qualificação da rede de serviços e equipamentos de apoio familiar e aconselhamento parental promovendo a especialização da intervenção com as famílias de crianças e jovens, em situação de risco ou perigo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Instituto da Segurança Social, enquanto organismo responsável pela execução das políticas de protecção social, suporta actualmente no seu orçamento 4,6 mil milhões de euros em prestações sociais para cerca de 3 milhões e meio de beneficiários.

Temos por isso uma responsabilidade considerável na participação e na construção de políticas de coesão social. Na capacitação das famílias – no desenvolvimento do seu sistema de imunidade perante intempéries – e na prevenção do risco de exclusão social dos mais vulneráveis.

É esta a nossa principal missão.

No futuro, e no âmbito do Quadro Estratégico Europeu, consideram-se fatores chaves para o sucesso das propostas a defender:

- A elaboração de diagnósticos atualizados.
- A articulação contínua entre diferentes estratégias e entre os vários organismos executores das políticas de coesão social.
- A agilização do acesso aos fundos comunitários, sem comprometer o rigor da gestão administrativa e do controlo financeiro - porque a maximização da utilização dos financiamentos comunitários para políticas sociais mais direccionadas e mais eficazes, torna-se imperativa.
- E por último, a necessidade de reforçar os mecanismos de intervenção social de base territorial.

Será este o desafio a partilhar entre todos os agentes ativos e realmente envolvidos – o estado central, o poder local, as instituições e demais parceiros – na construção de uma conjuntura de prosperidade e desenvolvimento: o fortalecimento das políticas de coesão social, através da especialização, da optimização e da inovação.

**Mariana Ribeiro Ferreira**  
**Presidente do Instituto da Segurança Social, I.P.**  
**08.01.2013**